

“Educação Física Escolar”

Este dossiê temático da *Revista Quaestio* é dedicado à área da Educação Física, com foco no contexto escolar, face à importância e necessidade de reflexões contemporâneas sobre o tema.

A Educação Física ganhou novas interpretações e maior representatividade no âmbito educacional a partir da década de 80. Estudos e pesquisas possibilitaram rupturas epistemológicas e paradigmáticas nessa área, muitas vezes se contrapondo aos discursos tecnicistas. Desde então, vários trabalhos científicos foram publicados sobre aspectos que envolvem o ensino e a aprendizagem das diferentes modalidades esportivas, em seus diversos campos de intervenção. Um desses espaços é a escola.

Os atuais ditames legais indicam a presença da Educação Física no ambiente escolar como componente curricular, permeado dos saberes esportivos, multifacetado em vários temas que podem ser aplicados nas aulas. Mesmo com a obrigatoriedade de sua presença na escola, há necessidade ainda de se superar interpretações dessa área unicamente na perspectiva do “saber fazer”. A compreensão da Educação Física como área de conhecimento, por todos que dividem esse espaço, pode contribuir com um novo olhar aos conteúdos a serem ministrados na escola. É preciso ressignificar o conceito desse componente curricular, visando suplantare valores históricos atrelados à prática do esporte escolar, ao preciosismo do rendimento, à execução perfeita dos movimentos e à exclusão dos alunos menos favorecidos no aspecto motor, ou seja, daqueles que mais necessitam se exercitar.

Se a educação é um direito de todos e a Educação Física integra a Educação Básica, todos os alunos matriculados nas escolas devem ter a mesma oportunidade de acesso a esse conhecimento, gerado pelas diversas manifestações corporais de expressão da cultura.

A inclusão da Educação Física no contexto escolar se deu, historicamente, pelo caráter legal em detrimento de sua consolidação pedagógica. A vivência das práticas motoras nesse ambiente deve acontecer pela própria relevância, e não por sua obrigatoriedade. Se, por um lado, a legislação garante à área um lugar ao lado de outros componentes curriculares, por outro lado, a presença de um especialista nem sempre é legitimada em algumas escolas. Para valorizar essa área de conhecimento não é preciso formar atletas, mas oportunizar um espaço de aprendizagem

dos seus conteúdos específicos, permitir a exploração das potencialidades de expressão corporal, estimular o vocabulário motor, vivenciando experiências significativas das relações interpessoais. A Educação Física que se defende é aquela que respeita o aluno e considera as suas capacidades e habilidades, suas expectativas de conhecimento, sua saúde e o seu contexto social.

As aulas desenhadas por professores comprometidos são aquelas que promovem a formação humana antecedendo à capacitação física, percebendo os movimentos como expressão de inteligência, de sentimentos e de intenções. É a motricidade humana, desenvolvida de forma sistematizada, numa organização lógica de conteúdos propostos numa evolução crescente de complexidade, propiciando a aprendizagem e o aperfeiçoamento motrício. Para realizar boas aulas de Educação Física é preciso definir com clareza os objetivos, traçar os conteúdos a partir de diferentes temas, como esporte, ginástica, dança, jogos, lutas, delinear o método e suas estratégias, além de saber como avaliar. São aulas que não ensinam a ler, escrever, somar e subtrair, mas favorecem aos hábitos saudáveis de um estilo de vida ativo, privilegiam a cooperação e o trabalho em grupo, ensinam os valores experienciados numa competição, permitem a manifestação da corporeidade do sujeito. A Educação Física não está na escola para educar o corpo do aluno, mas para educar o aluno como um todo, como um ser uno, indivisível e corpóreo. Sua meta principal como partícipe da formação do aluno é propiciar a conscientização de um corpo ativo que implica numa atitude ética para consigo mesmo e para com os outros. Corpo ativo como forma de ser no mundo, consciente de suas possibilidades e de seus limites. E como tal, é um componente pedagógico que o ensina a se expressar corporalmente, na perspectiva de uma educação vivida como experiência humana.

Se o cotidiano escolar redundar em afisicidade, na desvalorização do corpo, o *espaçotempo* das aulas de Educação Física deve proporcionar conhecimentos experienciados da corporeidade, fazendo prevalecer a sensibilidade de um corpo sujeito/ativo no lugar de um corpo objeto/passivo.

A inadequação de propostas desenvolvidas nas aulas de Educação Física e o desrespeito do professor frente às dificuldades expressas pelo aluno para realizá-las podem propiciar desmotivação à prática de atividade física. Os valores presentes no universo esportivo são manifestados pelas atitudes dos atores que fazem parte desse ambiente de formação educacional.

A Educação Física escolar pode propiciar um ambiente desafiador, rico em estimulação motrícia, por meio de situações-problema, oferecendo possibilidades de interação com outras áreas de conhecimento. Numa expressão de inteligibilidade dessas interações estabelecidas, o movimento se revela na multiplicidade do potencial humano.

Muitas são as questões que permeiam as práticas pedagógicas vivenciadas nas aulas de Educação Física, as quais precisam ser refletidas na contemporaneidade. A Universidade é o espaço de produção do conhecimento científico e são os seus membros que geram reflexões temáticas sobre os mais diversos assuntos abordados em cada área. Desta forma, fomos buscar apoio com especialistas em temáticas diferentes para desenvolver este Dossiê que tem como eixo norteador a Educação Física Escolar. Foram convidados professores de diversas Universidades, estudiosos do assunto em questão. São temas pouco explorados no âmbito dessa área de conhecimento, pois estão voltados a diversos aspectos como a corporeidade, a inteligência, a autonomia, a docência, a inclusão e a diversidade. Apontamentos direcionados à abordagem pedagógica analisada no cotidiano escolar são os conteúdos desse Dossiê como podemos identificar em seguida.

Contribuições contemporâneas sobre a presença da Corporeidade na escola são trazidas pelos pesquisadores Prof. Dr. Wagner Wey Moreira, Prof. Me. Alexandre Magno Guimarães e Prof. Me. Marcus Vinicius Simões de Campos, de forma eloquente, num artigo de natureza reflexiva, intitulado “*Escola: presença obrigatória da corporeidade*”. Com o foco numa alteração pedagógica, o texto tem como referência o filósofo Maurice Merleau-Ponty. A educação de corpo inteiro é a premissa que orienta as suas reflexões para a compreensão da motricidade como condição indispensável nos processos educacionais que privilegiam o pensamento complexo, o reconhecimento da condição humana e a assunção dos valores éticos inerentes a uma educação humanista.

O “*legado Freiriano para uma Educação Física Escolar contra-hegemônica*”, de autoria da Profa. Dra. Alessandra Andrea Monteiro, apresenta um ensaio sobre o que considera elementos essenciais, não apenas da teoria freiriana, mas de uma práxis pedagógica voltada para a emancipação, para a autonomia e para a transcendência dos educandos: diálogo, ética, amorosidade, diretividade, reflexão e rigorosidade. Estabelece uma relação profícua entre o ideário de Paulo Freire e as ações pedagógicas dos educadores com suas implicações éticas,

pedagógicas e políticas – uma vez que educar é sempre um ato político – de uma Educação Física sectária aos grupos historicamente alijados das instituições educacionais e suas manifestações da cultura corporal. O ato pedagógico crítico, emancipatório e democrático vivifica o trabalho docente e contribui para o reconhecimento e valorização da Educação Física escolar. A pesquisadora salienta a urgência de uma mudança de atitude dos professores, com o fortalecimento de práticas curriculares multiculturais, aproximando-os das discussões pedagógicas da escola e alicerçando o trabalho docente democrático.

A Profa. Dra. Vilma Lení Nista-Piccolo traz no artigo “*A closer look at the bodily-kinesthetic intelligence in Physical Education classes*”, suas reflexões sobre as práticas pedagógicas da Educação Física escolar na perspectiva da Teoria das Inteligências Múltiplas (TIM), de Howard Gardner. Trata, especialmente, da inteligência corporal cinestésica e das diferentes rotas de acesso como possibilidades para o ensino e para a aprendizagem de diferentes temas e conteúdos do componente curricular. Dá destaque à seleção de conteúdos e práticas da cultura corporal que permitam aos alunos dar sentido e ressignificação, em diferentes possibilidades de expressão e, talvez, responder a uma pergunta crucial no cotidiano da escola: o quê ensinar nas aulas de Educação Física? Traz à luz a compreensão das experiências e vivências motoras como manifestações de um comportamento inteligente, das práticas pedagógicas organizadas para a resolução de situações-problema voltadas à aprendizagem significativa. Para a autora, as aulas de Educação Física, pensadas a partir da TIM, quebram concepções históricas da área e ensejam um novo olhar para os sujeitos partícipes da educação escolarizada.

No texto “*School Physical Education: teachers’ autonomy and responsibilities*”, os autores Walter Roberto Correia e Sergio Roberto Silveira trazem à luz reflexões sobre autonomia e responsabilidade docente. Apresentam a autonomia – em uma perspectiva freiriana – como um dos fundamentos da Educação, além de questionarem quais são os limites desta autonomia e da liberdade dos professores. Os autores utilizaram como pano de fundo para a reflexão, um evento de magnitude nacional para a área: o Seminário de Educação Física Escolar, realizado pela Escola de Educação Física e Esporte da USP. Desde sua primeira edição, na década de 1990, o evento busca legitimar a produção do conhecimento nessa área, pelos professores que atuam no ambiente escolar. Algumas inquietudes presentes no cenário brasileiro contemporâneo – politicamente polarizado, apoiado em tendências autoritárias, dogmáticas e moralistas, e que

desconfia e ataca a autonomia não apenas dos professores, mas da escola e das Universidades – são apresentadas neste ensaio, tais como: 1. O que um ensino autônomo e responsável implica para a Educação Física escolar? 2. Quais são os critérios para estimular, dirigir, assistir ou punir o corpo na escola? O texto apresenta esse evento específico da área da Educação Física escolar como um vislumbre para responder esses e outros questionamentos, não apenas à Instituição acadêmica, mas, principalmente, aos professores da Educação Básica.

No artigo intitulado “*Agenda 2030: desafios da pedagogia inclusiva à Educação Física*”, os professores portugueses Profa. Dra. Luzia Mara Silva Lima-Rodrigues e Prof. Dr. David António Rodrigues discutem os marcos teóricos que tratam da Educação Inclusiva e suas relações com os valores e as práticas da Educação Física no cotidiano escolar. Trazem para a reflexão a Educação Física como um direito universal de todo indivíduo, pautada em práticas pedagógicas que privilegiem uma cultura de paz e a educação sustentável. Esse cenário, de acordo com os pesquisadores, aproximam o componente curricular e seus docentes dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Indicam que, para o fortalecimento desse contexto inclusivo, considerado multifatorial, é preciso entendê-lo a partir de alguns aspectos que se inter-relacionam: formação (inicial e continuada) de professores, condições oferecidas para o trabalho docente, disponibilidade de materiais e equipamentos, infraestrutura disponível para as práticas corporais, acessibilidade dos espaços dedicados às aulas etc. Finalizam o texto com uma provocação aos docentes que atuam na Educação Básica: como propor intervenções pedagógicas autônomas e conscientes aos alunos, garantindo a plenitude de alcance a todos os educandos, e não apenas àqueles que gostam das práticas corporais ou que se identifiquem com a Educação Física.

O texto “*Juventud y género em la educación física escolar: reflexiones de los registros en un contexto de enseñanza y aprendizaje*” reúne as reflexões dos pesquisadores Prof. Dr. Luciano Nascimento Corsino, Prof. Dr. Luiz Sanchez Neto e da pesquisadora Profa. Dra. Luciana Venâncio sobre as questões de gênero que permeiam a realidade da Educação Física escolar. A pesquisa, realizada por meio de registros em diário de campo e fundamentada em aportes teóricos da Sociologia da Educação, da Sociologia da Juventude e da Educação Física escolar ocorreu em um Instituto Federal do Rio Grande do Sul, e tem como fio condutor de suas análises os conceitos de juventude e gênero, construídos e discutidos sob diferentes perspectivas ao longo do tempo.

Os estudos que fundamentam este trabalho se alicerçam em inspirações feministas, sobre o feminismo negro e nos estudos descoloniais. O conceito de juventude é abordado no trabalho sob uma ótica plural, como um tempo social, histórico e culturalmente construído. Os autores consideram que as culturas normativas devem ser superadas para que os alunos possam aprender nos diversos ambientes educativos, por meio dos diferentes componentes curriculares, entre eles a Educação Física, com atitudes de combate aos discursos e aos comportamentos opressivos não apenas da escola, mas da sociedade.

No artigo “*Physical Education between walls and bars: teaching adolescents in conflict of the law in São Paulo / Brazil*”, o Prof. Dr. Willian Lazaretti da Conceição traz considerações importantes sobre o Ensino da Educação Física – assegurado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - em instituições públicas de internação de adolescentes menores em condições de privação de liberdade. O autor reflete sobre como esse processo educativo se dá na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (FUNDAÇÃO CASA), do Estado de São Paulo, responsável pelo atendimento de jovens entre 12 e 21 anos de idade. Ele os mostra que o desenvolvimento de ações pedagógicas com essas crianças e esses adolescentes não é uma tarefa fácil e que o desafio tem início ainda na escola, quando os atos de indisciplina se revelam as primeiras tentativas de visibilidade de jovens acostumados à invisibilidade social e educacional. O texto descortina as condições ofertadas a esses indivíduos neste espaço para as práticas educativas, entre elas a Educação Física, em uma perspectiva que considera o movimento humano como uma forma de expressão do sujeito e não apenas enclausurado em modelos mecânicos e pré-estabelecidos, tal e qual se dá nas instituições escolares da Educação Básica.

Vilma Lení Nista-Piccolo 

Alessandra Andrea Monteiro 

Comissão Organizadora